



As Bibliotecas Escolares nos Açores: o sucesso escolar e os primeiros anos da RRBE

Lázaro Silva^a, Ana Novo^b

^a*Universidade Aberta, Portugal, 1302597@estudante.uab.pt*

^b*Universidade Aberta/CIDEHUS-UEⁱ, Portugal, anovo@uab.pt*

Resumo

Esta comunicação visa contribuir para o melhor conhecimento das Bibliotecas Escolares na região autónoma dos Açores no âmbito do importante papel que têm vindo a desempenhar na promoção do sucesso escolar dos alunos. No caso açoriano torna-se de crucial importância saber como é que as atuais BE podem alterar o cenário de insucesso escolar e tentar compreender os “percursos do passado” (Nóvoa, 1993) no que diz respeito a esta temática na região da recém-criada Rede Regional de Bibliotecas Escolares (RRBE). Este trabalho tem características de um estudo exploratório, já que procede ao reconhecimento de uma dada realidade, pouco ou deficientemente estudada, e tenta levantar hipóteses de entendimento dessa realidade. Foi adotada uma abordagem mista: a) cariz quantitativo, com o recurso a inquéritos por questionário aos 38 coordenadores de Bibliotecas Escolares dos Açores, e b) cariz qualitativo, com cinco inquéritos por entrevista. Os resultados deste estudo parecem indicar que os agentes de educação envolvidos nas Bibliotecas Escolares dos Açores reconhecem a importância destas, não deixando de apontar várias vertentes que deverão ser melhoradas ou corrigidas para que a sua missão possa ser alcançada com outra eficiência que a realidade açoriana exige.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar, Sucesso Escolar, Rede Regional de Bibliotecas Escolares, Açores.

Este texto, sobre as bibliotecas escolares (BE) nos Açores, resulta, em parte, da investigação realizada no âmbito de uma dissertação apresentada à Universidade Aberta, em abril de 2018, para obtenção do grau de mestre em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares. Uma das motivações para os autores terem investigado este tema relaciona-se com a inexistência de estudos sobre as BE nos Açores, até aos dias de hoje. Com efeito, após inúmeras pesquisas em arquivos e bibliotecas públicas da região, não foram encontrados, até à data, estudos, artigos ou relatórios que versassem sobre esta temática. Assim, e tendo em conta o que nos dizem Cardoso, Alarcão e Celorico (2010), no caso de o tema ser novo, emergente e não ter ainda trabalhos realizados, deve-se prosseguir com o estudo, porque além de estar a despontar, será relevante para a comunidade local, regional e académica. Outra das motivações para este estudo esteve relacionada com a forma como são encaradas as BE na Ilha Terceira, local de residência de um dos autores. Na verdade, a nossa perceção de conhecedores e viventes nesta região, diz-nos que as BE ainda não são vistas como um espaço de relacionamentos humanos, catalisadores de inovação pedagógica e de enormes recursos materiais, que nos permitem alcançar melhorias significativas nos resultados escolares. Sentimos até que existe alguma desvalorização pelo trabalho efetuado nestes centros de recursos. O facto de ser um primeiro estudo sobre as BE nos Açores poderá alertar os agentes de educação locais e regionais para uma nova forma de lidar com estes espaços promotores de conhecimento.

Método

Esta investigação colocou-nos num mundo empírico que está interligado com determinados contextos específicos, de pessoas e instituições que são importantes para a abordagem do fenómeno. Foi então necessário recorrer a métodos que nos permitissem fornecer informação válida e que fizessem avançar a investigação. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi de ordem quantitativa e qualitativa. Para alcançar os objetivos pretendidos, utilizámos como método de recolha de dados o inquérito por questionário, que foi aplicado nas escolas da região. O estudo teve como sujeitos da investigação os 38 coordenadores de BE. Assim, pretendeu-se, por um lado, questionar a situação atual das BE, conhecendo melhor a sua organização e gestão, os recursos e serviços que disponibilizam e a dinamização e articulação da escola com a comunidade e, por outro lado, indagar sobre as possibilidades e contributos que a BE escolar poderá trazer a uma escola. Foram também efetuadas cinco entrevistas, a um antigo coordenador de uma biblioteca Escolar, ao ex-secretário Regional da Educação dos Açores, a duas técnicas superiores do Plano Regional de Leitura (PRL), e diretamente envolvidas na implementação da Rede Regional de Bibliotecas Escolares (RRBE), e à própria coordenadora da RRBE. Complementarmente, recorreremos ao estudo de documentos, através da análise baseada em documentos, como revisões bibliográficas, pesquisas históricas, artigos de jornais, documentos oficiais, declarações políticas, com vista à organização e interpretação dos dados extraídos, de acordo com os objetivos da investigação proposta. Este tipo de análise permitiu tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentavam um certo grau de profundidade e complexidade. Embora este método seja complexo por exigir uma boa formação teórica, tem a grande vantagem de permitir maior controle na escrita posterior do trabalho de investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Apresentação e discussão de resultados dos questionários e das entrevistas

O questionário aplicado incidia sobre o mobiliário e equipamento, recursos humanos e fundo documental e foi respondido por 31 dos 38 coordenadores de BE de escolas pertencentes às nove ilhas dos Açores.

Relativamente ao mobiliário e equipamento, em todas as bibliotecas existem estantes abertas e em cerca de dois terços das BE existem expositores de revistas. No que diz respeito ao equipamento informático, todas as BE estão contempladas com computadores, desde as escolas que possuem apenas um até ao número máximo de 26. Quanto ao tipo de infraestrutura tecnológica instalada na BE, em 28 existe ligação à internet, em 12 há rede local com ligação a outros serviços da escola, cinco só dispõem de intranet e três têm rede local somente na BE.

De uma forma geral, a avaliação dos coordenadores perante a organização e gestão do espaço, o mobiliário e equipamento é a seguinte: 38,7% (n=12) considera que é razoável; 32,3% (n=10) acha que é muito bom; 16,1% (n=5) é bom; 9,7% (n=3) considera mau; 3,2% (n=1) acha excelente.

Assim, e em termos das condições físicas das BE, como seja a iluminação, temperatura ambiente, arejamento, espaço para circulação de utilizadores, conforto, estética, segurança, acessibilidade física, os níveis de avaliação encontram-se divididos entre o “Bom/Muito bom” e o “Satisfatório”. É no aspeto do conforto e do espaço para a circulação de utilizadores que cinco dos coordenadores se sentem menos satisfeitos, e as questões da temperatura ambiente e do arejamento são motivo de desagrado para um número residual de coordenadores das BE. A área onde os coordenadores das BE sentem mais satisfação é nas condições de segurança e na estética dos espaços.

Quanto ao funcionamento e utilização de serviços, a esmagadora maioria das BE estão contempladas com regulamento interno: 98,8% (n=30) possui este documento e apenas 3,2% (n=1) diz que não tem. Quanto ao guia de utilizador, 58,8% (n=18) afirma ter este documento e 41,9% (n=13) declara que não tem. Relativamente ao principal documento orientador da BE, a política de desenvolvimento da coleção, sensivelmente metade, 51,6% (n=16) possui este documento e 48,4% (n=15) refere não ter. A esmagadora maioria das BE, 90,3% (n=28), faz parte do plano anual de atividades (PAA) da escola e 9,7% (n=3) diz não fazer parte deste plano.

Os dados do questionário mostram que, no que se refere aos documentos orientadores, a maioria tem guia de utilizador e regulamento interno, sendo a política de desenvolvimento de coleção o documento mais importante, mas que apenas está presente em 16 das 31 BE. No entanto, estando numa fase inicial da RRBE, e sendo um documento que exige muita dedicação, cuidado e rigor, pressente-se que brevemente as restantes terão este documento essencial. De acordo com as diretrizes da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Escolares (2006, p. 9) “uma declaração de política desse tipo deve estar baseada no curriculum, nas necessidades e nos interesses particulares da comunidade escolar, e reflectir a diversidade da sociedade fora da escola.”

Atualmente, todas as BE dos Açores têm coordenadores com quatro horas letivas no horário dedicado aos seus centros de recursos. O número de professores varia entre um (em seis BE) e 12 professores (em três BE). Oito dos coordenadores estão em funções há um ano, 16 coordenadores estão entre dois a quatro anos no cargo e sete já estão há mais de quatro anos. No que diz respeito aos conteúdos de formação nas áreas das BE, sete coordenadores são licenciados, dois têm pós-graduação e três possuem o grau de mestre. Dos 31 inquiridos que responderam à questão da importância atribuída à formação específica, 48,4% (n=15) considera que esta é muito importante; 25,8% (n=8) acha que é bastante importante e 25,8% (n=8) considera importante.

De acordo com Veiga et al. (1996, p.43), a equipa deveria ter pelo menos um professor-bibliotecário mais dois professores, no caso de uma escola do 1º ciclo, e pelo menos mais outro professor, para o caso do 2º e 3º Ciclo e Secundário. Não nos esqueçamos do que nos recomenda a IFLA/UNESCO nas suas diretrizes para as Bibliotecas Escolares (2006, p. 11): “é de grande importância dispor de pessoal com boa formação e alta motivação, incluindo um número suficiente de elementos adequado à dimensão da escola e às suas necessidades específicas de serviços de biblioteca.” Pode também observar-se uma certa estabilidade dos coordenadores, o que é vantajoso para um trabalho que se pretende bem planeado, contínuo e estável.

Os critérios para a aquisição do fundo documental são variados: seleção feita pelo coordenador/equipa, de acordo com a coleção existente - 80,6% (n=25); seleção apoiada por questionários aos alunos - 22,6% (n=7); seleção apoiada por questionários aos professores dos grupos disciplinares/departamento curriculares - 80,6% (n=25); aquisição com base em catálogos da RBE - 32,3% (n=10); em catálogos do PNL/PRL - 90,3% (n=28); em catálogos de editores/livreiros, *sites* na internet - 32,3% (n=10); em meios de comunicação especializados em livros - 12,9% (n=4).

Veiga et al (1996: 180) propõe que escolas com mais de 500 alunos, numa fase inicial, devem ter 6000 livros (ficção, não-ficção) e um crescimento anual de 3 itens por aluno, alcançando-se os 26250 volumes ao fim de dez anos. Analisando os dados recolhidos, podemos constatar que no total das 31 BE, 17 cumprem esta condição, ficando as 14 restantes com um fundo documental abaixo das 6000 unidades recomendadas. Neste aspeto, a situação é ainda bastante desoladora e não cumpre as orientações da IFLA (Hannesdóttir, 1995), que recomenda que a biblioteca escolar deve disponibilizar acesso a um amplo leque de recursos que corresponda às necessidades dos utilizadores, independentemente da sua educação,

informação e desenvolvimento pessoal.

A avaliação global da BE e dos recursos humanos pelos 31 coordenadores é a seguinte: 41,9 % (n=13) considera regular; 35,5% (n=11) considera boa; 9,7% (n=3) considera fraca; 6,5% (n=2) considera muito boa; 6,5% (n=2) considera não satisfatória.

Foram feitas cinco entrevistas que incidiram sobre a situação das BE, a questão geográfica dos Açores, o trabalho colaborativo e a RRBE. Um dos entrevistados focou-se muito na questão da pobreza, dado ter sido o responsável pelo ensino na região e assistiu, nas suas visitas a muitas escolas, a sinais claros deste flagelo social. No seu depoimento, é assinalado que muitos encarregados de educação, pelo facto de não terem asseguradas as condições sociais e económicas mínimas, não conseguem acompanhar os seus educandos na vida escolar. O investimento público nas escolas foi também abordado, tendo sido bastante criticado por este nosso entrevistado, que considera que as prioridades estão invertidas. Foi ainda referida a questão mais dramática que assola o ensino nos Açores, o insucesso escolar. Os depoimentos deste entrevistado, referentes à problemática do insucesso escolar, colocam a tónica na pobreza como a causa principal deste flagelo que se faz sentir na região, salvaguardando a escola pública de maiores responsabilidades que normalmente são atribuídas a esta instituição.

Até cerca dos anos 80-90 do século XX existiam muito poucos documentos orientadores que se debruçassem sobre a missão ou o papel e os objetivos das BE. O que nos foi relatado em conversas informais, para a preparação deste estudo, é que poderá ainda eventualmente existir alguma documentação guardada em arquivos mortos de BE ou de conselhos executivos de algumas escolas. A ideia um pouco generalizada que subsistia por todo o continente, até aos anos 80, de que a BE era muitas vezes vista ou mesmo utilizada como arrecadação, também surgiu pelos Açores, e foi referida por três dos nossos entrevistados.

A questão geográfica dos Açores surgiu por diversas vezes no decorrer das nossas entrevistas, e tanto a vertente do distanciamento como da dispersão geográfica das ilhas surgiu nos depoimentos de três dos nossos entrevistados. Esta contingência, inerente à condição de arquipélago, foi determinante no atraso e na implementação das BE na região. A condição geográfica das ilhas dos Açores influencia e limita a operacionalização de políticas e medidas educacionais nas escolas na região, afetando também uma implementação de BE organizadas em rede. O efeito mais visível desta condição será certamente a diferença que se sente no “aspeto” e na “forma” de cada BE, tornando bastante evidentes as disparidades entre estas.

As entrevistas revelaram também resistência dos professores relativamente ao uso das novas tecnologias, ao envolvimento no trabalho colaborativo, à apetência para a formação específica na área das BE e à gestão de uma política documental. A mudança de mentalidade é uma transformação que terá de acontecer para que a situação das BE se altere na direção da modernidade dos modelos nacionais. Esta resistência relaciona-se com a falta de motivação dos coordenadores – o desamparo que se sente reside na falta de acompanhamento e de liderança no processo de gestão das BE.

Uma das prioridades da RRBE, a formação dos coordenadores de BE, foi um pequeno passo, mas que se tornou numa aposta que tem sido consistente e gradual na produção de resultados pois, na verdade, a formação era praticamente inexistente. O Plano Regional de Leitura (PRL, 2012) detetou que o facto de estas não terem nas suas equipas um coordenador estável, para que se conseguisse efetuar um trabalho consistente e coerente que desse resultados positivos, durante um período de tempo razoável, constituía um dos principais problemas das BE açorianas.

Quanto aos dados estatísticos e aos relatórios relativos às BE, antes do PRL e da experiência piloto da RRBE com quatro BE, ficámos a saber que não havia ainda grandes diretrizes nestas questões. A maior parte dos inquiridos é da opinião que a RRBE peca por algum atraso na

implementação, tendo-se perdido a oportunidade de se ter avançado numa altura em que já se encontrava no terreno a rede a nível nacional. Este processo foi acompanhado de perto pelas duas coordenadoras do PRL, a partir de 2012 e pela Coordenadora da RRBE, a partir de 2014. A integração foi complexa e exigiu muito trabalho e empenho, muitas viagens e reuniões de uma pequena equipa criada pela Direção Regional de Educação (DRE). O trabalho em rede implica que se façam as atividades e os projetos de fundo em conjugação e que se definam objetivos e metas comuns. Para isso, é importante que se desenhe um PAA que seja comum a todas as BE que se encontram abrangidas pela rede. A integração numa rede regional de BE implica que tudo o que se passa entre estes centros de recursos seja partilhado e articulado entre si. Uma das grandes prioridades foi, sem dúvida, a criação de um catálogo comum em linha, que permite ter acesso ao fundo documental de todas as BE que fazem parte das escolas dos Açores. Um fator também determinante na implementação da rede foi dotar as BE com melhores condições de trabalho, para que as suas equipas possam desenvolver um trabalho profissional e de qualidade, que se aproxime cada vez mais das metas das BE a nível nacional e internacional. As novas dinâmicas de interação resultantes da implementação de uma rede, a nível regional, acabaram por alterar certos comportamentos e atitudes dos professores envolvidos, desde os coordenadores até aos próprios professores de sala de aula.

Conclusões

Importa salientar que na altura em que decorreu a investigação, durante o ano de 2017, já estava em andamento a RRBE, funcionando em fase experimental em quatro BE de escolas-piloto, com o objetivo de se avaliar a experiência e tendo em vista o futuro alargamento da rede para outras BE. Apercebemo-nos de uma considerável expectativa generalizada por parte dos coordenadores, embora também se sentisse alguma apreensão, devido às condições físicas e humanas não serem as melhores em alguns centros de recursos.

De uma forma geral, conseguimos identificar como fragilidades e dificuldades mais evidentes a relativa ausência de trabalho colaborativo, de tratamento do fundo documental e da formação do coordenador e dos elementos da equipa, e como aspetos mais positivos acentuaríamos a oferta de um espaço dinâmico, mais atrativo e moderno, através da ampliação e melhoramento de algumas zonas funcionais, a aquisição de materiais para o fundo documental, a importância das atividades desenvolvidas e a acentuada promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos açorianos.

Consideramos que serão necessários resultados mais visíveis no âmbito da literacia da informação, quer ao nível mais restrito da ação das BE nesta área, quer num registo mais alargado, contribuindo para a diminuição da taxa de insucesso escolar da região.

Mais uma vez, sem o trabalho colaborativo e sem a articulação de todos os docentes da escola e de todas as áreas do saber, julgamos que será com dificuldade que se construirá um estádio propício ao desenvolvimento das literacias. Apesar de tudo, foi possível verificar que, ainda assim, as BE reúnem condições que podem proporcionar o processo de desenvolvimento curricular que se pretende para a escola açoriana.

Quanto às motivações que levaram à criação da RRBE pudemos verificar que as falhas foram detetadas pela Secretaria Regional da Educação quando, em 2011, deu conta que “nem todas possuíam um acervo catalogado ou um sistema informático de acesso, surgindo muitas delas como mero repositório de livros e estando votadas a uma certa inércia dentro do sistema escolar” (PRL; 2012: 4). A situação a que estavam votadas as BE açorianas teria então que ser alterada, assumindo estas ainda um formato tradicional, tanto no seu próprio espaço interior, como no seu relacionamento com o exterior, com a comunidade envolvente. Além disso, numa altura em que já se convivia com as novas tecnologias de informação, alguns destes centros de recursos permaneciam de costas voltadas para uma realidade que se alterava rapidamente e para a qual a BE não se conseguia adaptar. Não temos dúvidas de que o recente

programa RRBE trará para as BE açorianas muitos contributos positivos, desde que haja um acompanhamento próximo e em permanência da tutela, havendo lugar para a formação de professores especializados na área das BE, e que os governantes também possam colaborar, sendo ambiciosos na procura de soluções para o insucesso escolar, quer em termos macroeconómicos, criando melhores condições de vida para os mais desfavorecidos, quer em termos legislativos, criando legislação adequada que permita fortalecer a posição das escolas e das BE.

Referências

Cardoso, T; Alarcão, I.; Celorico, J. (2010). *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Porto: Porto Editora.

Hannedóttir, S. K. (1995). *Bibliotecários Escolares: Linhas de Orientação Para os Requisitos de Competência*. Sede da IFLA. The Hague, Holanda.

IFLA/UNESCO. (2006). Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares.

Nóvoa, A. (1993). *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional - I.I.E.

PRL. (2012). Secretaria Regional da Educação e Formação: Direção Regional da Educação e Formação.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Veiga, Isabel et al. (1996). *Lançar a Rede de bibliotecas Escolares: relatório síntese*. Lisboa: Ministério da Educação.

ⁱ Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal 2020.